



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE
DO PRESIDENTE E QUATRO COMISSÁRIOS
DA COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA**

**Salão Nobre do MNEC
29 de Maio de 2015**

Excelência Presidente do Parlamento Nacional
Excelência Presidente do Tribunal de Recurso
Exmos. Senhores membros do Parlamento Nacional e membros do Governo
Exmo. Senhor Provedor dos Direitos Humanos e Justiça
Exmo. Senhor Presidente e Comissários da Comissão da Função Pública empossados
Exmo. Senhor Presidente e Comissários da Comissão da Função Pública cessantes
Exmo. Senhor Presidente da Comissão Anti-Corrupção
Exmo. Senhor Inspector-Geral do Estado
Exmo. Senhores Directores-Gerais e Nacionais
Exma. Senhora Primeira-Dama

Exmo. Senhores Representantes do Corpo Diplomático
Exmo. Senhor Representante das Nações Unidas

Senhoras e Senhores,

É com enorme satisfação que hoje atribuo posse aos novos Presidente e Comissários da Comissão da Função Pública, entidade responsável por garantir uma função pública mais profissional e mais capaz de garantir uma prestação de serviços de qualidade ao Estado e aos cidadãos.

Permitam-me que comece por agradecer ao Presidente Eng.º Libório Pereira e aos Comissários que terminaram as suas funções:

- Dra. Isabel Ferreira
- Dra. Jesuína Ferreira Gomes
- Dr. Abel dos Santos Fátima
- Dr. Alexandre Gentil Corte-Real de Araújo,

também em nome do Governo e de todo o Povo Timorense, pelo serviço exemplar que prestaram durante os primeiros cinco anos de existência desta Comissão. Estou ciente de que estes primeiros anos constituíram um desafio, sobretudo quando se trata de uma entidade com tamanho impacto para o país e, a qual, foram vocês que tiveram a responsabilidade de erguer e consolidar. Por todo o empenho, responsabilidade e profissionalismo que demonstraram durante o exercício do vosso mandato ao serviço do Estado, o meu sentido reconhecimento e gratidão.

Quero também, naturalmente, saudar os novos empossados:

- Dr. Faustino Cardoso Gomes, Comissário e Presidente da Comissão da Função Pública
- Dra. Maria Domingas Alves, Comissária da Comissão da Função Pública
- Dra. Jacinta Bernardo, Comissária da Comissão da Função Pública
- Dra. Maria Olandina Caeiro Alves, Comissária da Comissão da Função Pública
- Dr. José Telo Soares Cristóvão, Comissário da Comissão da Função Pública,

Todos vós designados pelo Parlamento Nacional e pelo Governo, e que durante os próximos cinco anos vão assumir as rédeas desta Comissão, em cargos de alta responsabilidade, assumindo ao mesmo tempo o compromisso de servir e defender o país e os interesses dos timorenses. Deposito, portanto, no Senhor Presidente e nas Senhoras e Senhores Comissários a minha confiança e a certeza de que desempenharão

as respectivas funções com empenho e dedicação, de forma imparcial, íntegra e livre de qualquer interesse político.

A Comissão da Função Pública, criada em 2009, foi estabelecida com o intuito de reforçar a capacidade da nossa Administração e garantir um sector assente no mérito, que segue um modelo altamente profissional, de forma a ter uma função pública que devolva ao povo um serviço de qualidade, de forma eficiente, garantindo uma gestão efectiva e económica do desempenho, condições que são indispensáveis para o desenvolvimento nacional.

Ao longo destes anos, a Comissão da Função Pública tem vindo a trabalhar neste sentido e estabeleceu sólidas bases para a função pública, incluindo o quadro regulatório e legislativo para gerir e avaliar os recursos humanos nacionais.

Em 2011, estabeleceu ainda o Grupo de Profissionais de Recursos Humanos, composto pelos técnicos profissionais das linhas ministeriais desta área, também com o apoio da Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional. Este Grupo reúne-se mensalmente para partilhar experiências e informações, em coordenação com a Comissão da Função Pública, e actua como ponte na divulgação de políticas de gestão e desenvolvimento de recursos humanos.

Mais recentemente, em Julho de 2014, a Comissão da Função Pública lançou ainda o primeiro Manual de Recursos Humanos, documento fundamental para orientar o processo de avaliação dos funcionários públicos, no qual constam directrizes de recrutamento e gestão do desempenho, bem como procedimentos disciplinares, e que compreende também os direitos e deveres de cada funcionário público.

A Comissão da Função Pública está, também, a gerir o PMIS - Sistema de Informação de Gestão de Pessoal, uma base de dados extremamente importante e que compreende os dados pessoais e profissionais de todos os funcionários públicos.

Quando esta entidade iniciou funções, a Administração Pública contava com cerca de 26.000 funcionários públicos que actualmente rondam os 32.000, tendo o número de funcionários temporários reduzido drasticamente. É preciso avaliar e perceber se este é um número que se justifica, se se reflecte na prestação de serviços públicos de qualidade à população e se existe um verdadeiro sentido de trabalho em equipa, responsabilidade e empenho, requisitos obrigatórios para desempenhar cargos públicos.

Excelências
Senhoras e Senhores,

O VI Governo reconhece que os progressos, ao nível da boa governação e do sector público, foram muitos e visíveis. O Governo está empenhado em consolidar estes progressos, aprender com as lições passadas e continuar as reformas para desenvolver uma função pública forte e que consiga responder a todo e qualquer desafio.

Sabemos, também, que para melhorar a prestação de serviços à população é fundamental proceder-se a uma reforma da administração pública. E, neste caso,

“reformular” significa fazê-la progredir, torná-la próspera. Ter uma função pública que seja mais eficiente, que trabalhe com mais rigor, qualidade e responsabilidade, que seja menos burocratizada e mais “simplificada”, foi o compromisso que este Governo assumiu.

Nesta reforma que tencionamos realizar, estes são princípios que têm de estar bem vinculados e que são intrínsecos ao trabalho desempenhado pelo funcionário público, devendo ser aplicados todos os dias, em qualquer ocasião.

Assim, para que isto aconteça, é necessário criar uma regulamentação com a descrição das funções, que traduza o plano anual de actividades e metas a alcançar, bem como com os deveres e responsabilidades dos funcionários públicos. Também não podemos descurar a necessidade de aumentar as suas qualificações, formação e capacidades e a necessidade de uma adequada avaliação e gestão de desempenho, com base no mérito, que é crucial para determinar o progresso e a responsabilização de cada um.

Foi neste sentido que congelámos o recrutamento de novos funcionários permanentes e começámos a rever o quadro jurídico, incluindo a Lei da Função Pública e os Estatutos da Função Pública, em parceria com a Comissão da Função Pública e os dirigentes na área dos Recursos Humanos.

Acreditamos, também, que as linhas ministeriais podem e devem assumir uma maior responsabilização na gestão das suas actividades diárias, e isto inclui o recrutamento, a avaliação de desempenho e os procedimentos disciplinares. A Comissão da Função Pública passaria a assumir um papel de monitorização e supervisão destas actividades de rotina, ao mesmo tempo que presta apoio técnico até que haja uma completa capacidade de implementação das mesmas, constituindo-se como uma instituição conselheira do Governo para o sector público.

Para a concretização desta reforma, a Comissão da Função Pública deverá concentrar-se nas grandes políticas, e trabalhar em dados como o número de funcionários, tabelas remuneratórias e funções e competências.

Apelo, também, a uma maior concretização e concertação entre a Comissão da Função Pública, a Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional e a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça, na medida em que trabalham para o desenvolvimento de políticas que visam a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos, supervisionando a formação e valorização dos funcionários públicos e fortalecendo e promovendo a boa governação.

Excelência
Senhoras e senhores,

Para cumprimos o nosso objectivo de diversificação económica e desenvolvimento sustentável, precisamos de ter um sector público que preste serviços públicos com eficiência e qualidade e, também, que seja responsável pelos serviços prestados e pela gestão dos bens públicos. Ao conseguirmos maior celeridade, competência e transparência no tratamento de processos que são necessários ao desenvolvimento de

negócios estaremos a contribuir para o desenvolvimento do sector privado que se deve constituir como alavanca do sector económico.

Por último, não posso deixar de agradecer, também, o apoio técnico que a Austrália nos tem prestado, ao mesmo tempo que estendo os agradecimentos a Portugal e ao Brasil, com quem contamos com o apoio a nível da formação.

Resta-me desejar aos Comissários, que hoje tomaram posse, os maiores sucessos no exercício das suas funções, na certeza de que a sua exemplaridade conduzirá ao desenvolvimento sustentável da nossa Nação.

Muito obrigado e bom trabalho!

Dr. Rui Maria de Araújo
Díli, 29 de Maio de 2015